



FENOMENOLOGIA SOCIOLÓGICA DE ALFRED SCHUTZ: CONTRIBUIÇÕES PARA A INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM PRÁTICA EDUCATIVA

ALFRED SCHUTZ'S SOCIOLOGICAL PHENOMENOLOGY: CONTRIBUTIONS TO QUALITATIVE RESEARCH IN EDUCATIONAL PRACTICE

FENOMENOLOGÍA SOCIOLÓGICA DE ALFRED SCHUTZ: CONTRIBUCIONES A LA INVESTIGACIÓN CUALITATIVA EN LA PRÁCTICA EDUCATIVA

Nilma Margarida de Castro Crusóé ¹
Edmilson Menezes Santos ²

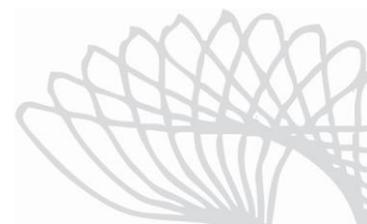
Resumo: Esse artigo tem como objetivo apresentar resultado de pesquisa sobre contribuições da Fenomenologia Sociológica de Alfred Schutz, para a investigação qualitativa em prática educativa. Inicialmente apresenta fundamentos husserlianos presentes na fenomenologia shutziana. Em seguida, a aplicação metodológica da fenomenologia sociológica, em pesquisas sobre prática educativa e as seguintes contribuições: a) apreensão da prática educativa como objeto da consciência, o que significa apreendê-la na sua dimensão subjetiva; b) reflexão sobre o papel do pesquisador e do pesquisado na relação de pesquisa, tomando o campo empírico como campo de problematização; c) refinamento de instrumentos de produção e análise de dados; d) potencialização da pesquisa como processo.

Palavras-chave: Fenomenologia Sociológica. Investigação Qualitativa. Prática Educativa.

Abstract: This article has aimed to present a research result on the contributions of Alfred Schutz Sociological Phenomenology for qualitative research in educational practice. Initially it has presented Husserlian foundations contained in Shutzian phenomenology. Then, it has related about the methodological application of sociological phenomenology, in research on educational practice and it has showed the following contributions: a) apprehension of educational practice as an object of consciousness, which means to understand that in its subjective dimension; b) reflection on the researcher's and investigated one's role in research relation, taking the empirical field as a problematization space; c) refinement of data production and analysis tools; d) potentialization of research as a process.

1 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.

2 Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.



Keywords: Sociological Phenomenology. Qualitative Research. Educational Practice.

Resumen: Este artículo tiene como propósito presentar los resultados de la investigación sobre las contribuciones de la Sociología Fenomenológica de Alfred Schutz para la investigación cualitativa en la práctica educativa. Inicialmente se presentan los fundamentos husserlianos presentes en la fenomenología shutziana. A continuación, se presenta la aplicación metodológica de la sociología fenomenológica en investigaciones sobre la práctica educativa y las siguientes aportaciones: a) aprehensión de la práctica educativa como objeto de conciencia, lo que significa aprehenderla en su dimensión subjetiva; b) reflexión sobre el papel del investigador y el investigado en la relación de investigación, tomando el campo empírico como un campo de problematización; c) perfeccionamiento de los instrumentos de producción y análisis de datos; d) potenciación de la investigación como proceso.

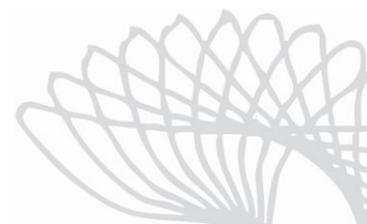
Palabras clave: Sociología Fenomenológica. Investigación Cualitativa. Práctica educativa.

1 INTRODUÇÃO

Na condição de pesquisadores, nos perguntamos: O que é fenômeno? Como ele se apresenta? Como apreendê-lo? Tais perguntas nos remetem ao método. O método envolve concepções acerca da realidade (ontologia), da natureza humana (antropologia) e da natureza do conhecimento, sua produção e comunicação (epistemologia). Pois bem, as pesquisas em cursos de mestrado e doutorado bem como as orientações de mestrado e doutorado, foram e são acompanhadas da preocupação em tornar o fenômeno educativo analisável cientificamente o que aponta, fundamentalmente, para o problema do método. Essa preocupação, na área de educação, tornar-se ainda mais premente por utilizar-se de aportes teórico-metodológicas de diferentes matrizes epistemológicas e, com isso, corre-se o risco de transposição conceitual de um campo para o outro, sem as devidas mediações, sem atentar para os limites e possibilidades de sua aplicação às pesquisas em educação.

Sobre a pesquisa em prática educativa parte-se da ideia de que ela é produção de sentidos, procuramos então, investigar “*o que, na realidade, faz sentido e como faz sentido para os sujeitos investigados*” (AMADO, 2017, p.41, destaque do autor). Esse ponto de partida coloca as pesquisas desenvolvidas no âmbito da investigação fenomenológico-interpretativa, cujos pontos centrais são as intenções e as significações, que guiam a ação dos sujeitos, na relação com o outro e com os contextos em que acontecem. (AMADO, 2017).

Desse modo, destaca-se nesse artigo fundamentos da Fenomenologia Sociológica e hipóteses de sua aplicação metodológica em pesquisa sobre a prática educativa.



2 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE A FENOMENOLOGIA SOCIOLÓGICA E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS DE SUA APLICAÇÃO EM PESQUISA SOBRE PRÁTICA EDUCATIVA

A fenomenologia sociológica de Alfred Schutz se insere nas Ciências Sociais como uma Sociologia da vida cotidiana, pois influenciada pela sociologia weberiana, busca o significado subjetivo da conduta social; mas, é nos conceitos de consciência e de intencionalidade, em Husserl, que Schutz irá se apoiar para desenvolver teoria e método de apropriação de significados da ação social, o que implica pensar como os fenômenos se apresentam à consciência. Schutz (2012) toma como princípio que só é possível conhecer a experiência significativa dos sujeitos, via conhecimento da intencionalidade, movimento que somente à consciência compete fazê-lo. É importante dizer que Schutz, com base nos princípios filosóficos de Husserl, “dá consistência sociológica aos princípios filosóficos de Husserl e cria teoria e método para abordagem da realidade social.” (MINAYO, 2010, p.144).

Segundo Husserl, o que chamamos de “mundo” ou “realidade” não é um conjunto ou um sistema de coisas e pessoas, animais e vegetais. O mundo ou a realidade é um conjunto de significações ou de sentidos que são produzidos pela razão. A razão é “doadora de sentido” e ela “constitui a realidade” enquanto sistemas de significações que dependem da estrutura da própria consciência. As significações não são pessoais, psicológicas, sociais, mas universais e necessárias. Elas são as essências, isto é, o sentido impessoal, intemporal, universal e necessário de toda a realidade, que só existe para a consciência e pela consciência. A razão é razão subjetiva que cria o mundo como racionalidade objetiva. Isto é, o mundo tem sentido objetivo porque a razão lhe dá sentido. Assim, por exemplo, a razão não estuda os conteúdos psicológicos de minha vida pessoal, mas pergunta: O que é a vida psíquica? O que são e como são a memória, a imaginação, a sensação, a percepção? A pergunta “O que é” não se refere a uma descrição dos processos mentais e físicos que nos fazem lembrar, imaginar, sentir ou perceber. Essa pergunta se refere à descrição do sentido da memória, da sensação, da percepção, isto é, se refere às essências delas, independentemente de nossas experiências psicológicas pessoais. A fenomenologia não indaga, por exemplo, se certa ideia ou certa opinião são causadas pela vida em sociedade, mas pergunta: O que é o social? O que é a sociedade? As respostas a essas perguntas formam as significações ou essências e são elas o conteúdo que a própria razão oferece a si mesma para dar sentido à realidade. A fenomenologia afasta-se, assim, da solução hegeliana, pois não admite que as formas e conteúdos da razão mudam no tempo e com o tempo. Elas se enriquecem e se ampliam no tempo, mas não se transformam por causa do tempo.



Como dissemos, o fenômeno é simplesmente aquilo que se oferece ao olhar intelectual, à observação pura, e a fenomenologia se apresenta como um estudo puramente descritivo dos fatos vivenciais do pensamento e do conhecimento oriundo dessa observação. O fenomenólogo não procura, então, saber, como faz o lógico, sob quais condições um juízo é verdadeiro; ou como um sábio, que pergunta se é verdade que...; ou como o psicólogo que quer saber o que se passa efetivamente na consciência. O fenomenólogo pergunta apenas qual o *significado* daquilo que temos no espírito quando julgamos, afirmamos, vivemos. A fenomenologia nunca se orienta para fatos, sejam externos, sejam internos e, sim, para a realidade da consciência, para os objetos enquanto intencionados por e na consciência, isto é para as essências ideais. Para o fenomenólogo as essências ideais não são simples representações (o que seria colocar-se no plano psicológico) e tampouco realidades ideais hipostasiadas (tornando-as substâncias, o que seria colocar-se no plano metafísico). As essências ideais são para o fenomenólogo fenômenos, ou seja, aquilo que se manifesta imediatamente na consciência, alcançado por uma intuição antes de toda reflexão ou juízo. Fazer parecer o mundo como fenômeno significa compreender que o ser do mundo não é a sua existência, quer dizer, a sua realidade factual, e sim o seu sentido e que o sentido do mundo reside no fato de ele ser um *Cogitatum* visado pelo *Cogito*. O que a redução fenomenológica tornará evidente não é o *Cogito* só, e sim o *Ego-Cogito-Cogitatum*, isto é, a consciência deste-mundo, a consciência constitutiva do sentido do mundo. Nessa perspectiva, o mundo não é uma existência e sim simples fenômeno, significado (GILES, 1975, p. 132).

A partir da Fenomenologia de Husserl, não se pode, sem mais, confundir sentido com significação de um termo ou de uma proposição. Se quisermos, o sentido pode ser analisado também sob o aspecto do significado, mas sempre que este inclua não só a relação, mas também a coordenação do sinal com o objeto. Elaborou-se uma fenomenologia do sentido, segundo a qual este se dá sob vários aspectos: como sentido semântico, como sentido estrutural ou eidético, como sentido fundamentador ou lógico e como sentido de motivação (MORA,1982). De tal modo que quando se falar do sentido será necessário saber a qual dos mencionados conceitos se refere, e qual a relação se estabelece entre um e outro e entre cada um e todos os restantes. Também a falta de sentido ou o contra-sentido se manifestam de modo diferente em cada um dos sentidos. O característico desta investigação é, portanto, a determinação dos diferentes significados em que pode dar-se o sentido, incluindo o próprio significado como uma de suas formas. Outras investigações, em compensação, referem-se antes ao momento da unificação do sentido, quer sob um aspecto metafísico, quer sob um aspecto psicológico ou científico. Alguns consideram, por



exemplo, o sentido como uma peculiar direção que, por sua vez, constitui uma das dimensões essenciais do mundo do espírito nas suas duas formas: subjetiva e objetiva.

A investigação fenomenológica sobre o sentido permitiu, em contrapartida, não só por entre parênteses a identificação, mas, inclusive, considerar como relativamente separados os diferentes significados do termo sentido. O ponto de partida de Husserl é uma crítica ao psicologismo empirista, tipo o humeano. No caso de Hume, a redução da causalidade a um mecanismo psicológico, é negar a causalidade enquanto verdade. É roubar todo sentido verdadeiro à causalidade, é desqualificá-la por suas origens. Ora, Husserl não quer uma ciência que desqualifique seu objeto: a fenomenologia pretende substituir uma filosofia da explicação pela origem por uma elucidação do sentido. Nessa direção, a fenomenologia propõe uma redução eidética: a essência da bravura, por exemplo, não se reduz à lembrança que tenho do herói, a este conteúdo psicológico, anedótico, assim como a essência do triângulo não se reduz à figura aproximativa traçada num quadro negro, mas através do desenho eu viso ao triângulo, através da história do herói eu disponho-me a um valor, a bravura. À redução psicológica que desqualifica as essências pela sua origem, Husserl opõe, então, a redução eidética que apreende a essência em sua verdade.

A filosofia de Husserl é, em verdade, também oposta a um realismo absoluto. O realismo absoluto, em outras palavras, a atitude que consiste em levar em conta só os objetos e ignorar o sujeito pensante, é, para Husserl, uma atitude ingênua, pré-filosófica. É precisamente a ilusão banal e perigosa, o preconceito corrente que ele denuncia, como já assinalado, sob o nome de “atitude natural”. A consciência natural, aquela que não é educada filosoficamente, só conhece objetos. Temos objetos diante de nós e tendemos a esquecer que os objetos só existem para o sujeito pensante, um sujeito inicialmente dissimulado justamente porque ele próprio não é um objeto, mas aquele diante do qual os objetos existem. A função primeira de toda a filosofia é corrigir este esquecimento, é revelar a si mesma esta consciência constituinte para qual e pela qual os objetos existem. É pela dúvida metódica e universal que Descartes esforça-se por nos afastar do objeto pensado – sempre duvidoso – para nos revelar o sujeito pensante, o próprio ato de duvidar, cuja existência é indubitável. Este momento do *cogito* também está presente no itinerário husserliano. Mas, Husserl substitui a dúvida cartesiana por uma atitude mais sutil, mais matizada, que é a simples “colocação entre parênteses” do mundo, a *époché* em grego. O filósofo limita-se a suspender a “tese geral da existência do mundo”, a colocá-la fora de circuito. Embora não negue radicalmente a existência do mundo exterior.



Por conseguinte, a colocação entre parênteses de toda a existência substancial é exatamente uma redução fenomenológica, porque minha experiência aí se encontra propriamente “reduzida” ao que é dado, ao que aparece, ao que se manifesta autenticamente. Ora, o que é isto que é verdadeiramente dado? Nada menos do que o mundo. Pois eu não me apreendo apenas como “eu pensante”, eu me apreendo como pensando alguma coisa. Com efeito, toda consciência, conforme a fenomenologia husserliana, é consciência de alguma coisa. Toda consciência visa a um objeto e é essa propensão que ele denomina “intencionalidade”. Husserl constata que toda consciência visa a um objeto, estando entendido que esse objeto não é outra coisa que um objeto para a consciência, que um objeto relativo à propensão intencional da consciência. Finalmente, Husserl coloca um problema capital que Descartes e Kant tinham ignorado em suas teorias do conhecimento. É o problema do outro. Assim como toda consciência é consciência de alguma coisa, da mesma forma nossa consciência reconhece a existência de outra consciência, numa experiência originária de coexistência. O outro não é só aquele que vejo, mas aquele que me vê e é também fonte transcendental de um mundo que lhe é dado.

A fenomenologia de Husserl apresenta “as condições ideais de possibilidade do conhecimento em geral, ou do conhecimento dedutivo e teórico em geral” (HUSSERL, 2015, p.IX) Tal objetivo desdobra-se no interesse em investigar as condições e possibilidades do conhecimento verdadeiro e, para isso, propõe uma fenomenologia da essência, em contraposição a uma ciência positiva, sobretudo, a psicologia moderna que, segundo ele, parte de generalizações obtidas por indução e, com isso, a impossibilidade de estabelecer verdades universais e necessárias, portanto, verdades lógicas. Husserl se preocupa em apresentar as regras de funcionamento do pensamento e, para ele, a consciência se estrutura conforme a forma lógica. (REALE, 1991).

Ao formular uma Teoria do conhecimento fenomenológica, Husserl irá voltar-se, sobretudo, para a análise das essências. Para ele, o que se mostra no fenômeno não é apenas sensorial, mas, antes, é o que ele se torna quando se apresenta à consciência, quando o conceituamos; em última instância são os sentidos dados às coisas, pela consciência, que dá sentido a realidade. O sujeito, em Husserl, é consciência; consciência que não independe da experiência sensível para formular conhecimento, mas é somente na consciência, que se produz conhecimento, porque somente ela é capaz de captar a essência do fenômeno, como produto da reflexão. Entendemos, que a consciência existe para um objeto sua funcionalidade é intencionalmente dirigida para o objeto. Em Husserl, os “Atos” de percepção do objeto



[...] devem ser as vivências do significar, e o significativo em cada ato singular deve residir precisamente [nas vivências de ato] e não no objeto [e] deve residir no que faz delas uma vivência “intencional”, “dirigida” para os objetos. (HUSSERL, 2015, pp.293-294).

Ainda, nas palavras de Husserl,

Tornar-se-á patente que o conceito de ato, no sentido de vivência intencional, delimita um gênero importante na esfera das vivências (captadas na sua pureza fenomenológica) e que, assim, a inserção das vivências do significar neste gênero nos fornece, de fato, uma valiosa caracterização das mesmas (HUSSERL, 2015, p.294).

Depreendemos que o conteúdo da vivência não está nos objetos, mas na consciência e, talvez, nesse ponto, possamos encontrar um elã para relacionar princípios da fenomenologia husserliana e da fenomenologia sociológica de Schutz, na medida em que o último procura acessar “objetos do mundo, intencionados pela consciência” e, com isso, conhecer o sentido da experiência que, numa linguagem fenomênica, seria conhecer os conteúdos das vivências ou conteúdo de consciência, definidos como

[...] as percepções, as representações da fantasia e as representações de imagem, os atos do pensamento conceitual, as suposições e dúvidas, as alegrias e as dores, as esperanças e os temores, os desejos e as volições, e coisas semelhantes, tal como têm lugar na nossa consciência. E, com estas vivências na sua totalidade e plenitude concreta, as partes e momentos abstratos que as compõem são também vividos, as partes e os momentos abstratos são conteúdos de consciências reais. Naturalmente, de pouco importa se as partes em questão são, por si mesmas, articuladas de algum modo, se elas são delimitadas por atos que lhe sejam referidos, e, especialmente, se elas são, por si mesmas, objetos de percepções “internas”, que as captam na sua existência de consciência, e se, de um modo geral, elas podem ser ou não. Seja agora também indicado que este conceito de vivência pode ser tomado de um modo puramente fenomenológico, isto é, de tal modo que seja excluída toda e qualquer referência à existência empírico-real [...] (HUSSERL, 2015, p. 296, grifo do autor)

Retemos dessa passagem à atenção para não cometermos o equívoco de tomar como vivência tanto a aparição do objeto à percepção, como o objeto aparente, enquanto tal. Na verdade, a aparição da coisa é fenomênica, nós a vivenciamos enquanto fenômeno, portanto, o conteúdo da consciência é fenomênico

Se aparecemos a nós próprios como membros do mundo fenomênico, então as coisas físicas e psíquicas (corpos e pessoas) aparecem numa referência física e psíquica ao nosso eu fenomênico. Esta referência do objeto fenomênico (que igualmente se gosta de denominar como conteúdo de consciência) ao sujeito fenomênico (o eu como pessoa empírica, como coisa) deve, compreensivelmente,



ser separada da referência do conteúdo de consciência, no nosso sentido da vivência, à consciência no sentido da unidade dos conteúdos de consciência (a consistência fenomenológica do eu empírico) (HUSSERL, 2015, pp.298-299)

Toda essa explanação sobre o conceito de vivência, como vivência intencional, se insere no objetivo de Husserl em deixar clara a diferença entre a concepção de consciência na psicologia e na fenomenologia. De acordo com Husserl (2015), na psicologia, o termo consciência é utilizado para separar fenômenos psíquicos e físicos. No caso da fenomenologia o que importa é delimitar, segundo a sua essência, o conceito de ato psíquico, por ser uma expressão do domínio da psicologia. Para delimitar o que seria ato psíquico, Husserl (2015) toma como ponto de partida três conceitos de consciência. O primeiro, parte da idéia de que existe uma vivência puramente fenomenológica, sem nenhuma referência a existência empírica, o qual ele denomina de consciência como consistência fenomenológica do eu

[...]aqui, trata-se antes da relação de uma vivência singular com a complexão das vivências. Do mesmo modo, e em vez disso, a referência do eu-pessoa aparente à coisa que aparece externamente deve ser distinta, naturalmente, da relação entre a aparição coisal, enquanto vivência, e a coisa que aparece (HUSSERL, 2015, p.299)

Husserl faz distinção entre conteúdo real, a coisa que aparece, e conteúdo intencional, que é essência, exemplo:

Se alguém diz: “vivenciei as guerras de 1866 e de 1870”, aquilo a que, nesse sentido, se chama “vivenciado” é uma complexão de acontecimentos externos, e o vivenciar consiste, aqui, em percepções, ajuizamentos e outros atos, nos quais estes acontecimentos se tornam uma aparição objetiva e, frequentemente, objetos de um certo ato de posição referido ao eu empírico. A consciência que os vivencia, no sentido fenomenológico para nós determinante, não tem naturalmente em si estes acontecimentos, tal como as coisas que deles fazem parte, enquanto suas “vivências psíquicas”, enquanto seus elementos reais integrantes ou conteúdo (HUSSERL, 2015, p.300, grifo do autor)

Entendemos, com base na definição de vivência intencional dirigida para objetos, que a simples aparição da coisa à consciência, não se constitui, ainda, como fenômeno e, portanto, observamos que os fenômenos não podem ser tomados como dados em si mesmos. Podemos pensar então, que Schutz (2012) ao questionar se os significados, as motivações das ações sociais não teriam uma relação com determinada estrutura da consciência, tenha encontrado na ideia de vivência



intencional em Husserl, pistas para criar teoria e método de apropriação de significados da ação social.

Uma segunda definição de consciência apresentada por Husserl é a de uma consciência “interna” enquanto percepção interna. Neste caso, a percepção interna seria uma percepção da vivência intencional, o que difere de uma percepção adequada quanto ao objeto qual seja: “percepção interna (enquanto percepção das próprias vivências) e percepção adequada (evidente)” (HUSSERL, 2015, p.304). O terceiro conceito parte do cogito *ergo sum* para eliminar qualquer tentativa de entender o *eu empírico* como o *eu*, posto que aquele refere-se à percepção adequada. Ao *eu* a que Husserl se refere

[...] junta-se agora algo mais vasto de que tudo aquilo que a retenção, essencialmente conectada com a percepção, revela como tendo sido mesmo agora presente; e, o mesmo acontece com a recordação iterativa, enquanto pertencente a uma atualidade de vivências anterior, quando tudo isso é reduzido ao seu teor fenomenológico passado, quando, por conseguinte, por meio da reflexão “na” retenção e na recordação, retornamos ao reprodutivamente fenomenológico. (HUSSERL, 2015, pp.305-306, grifo do autor).

Dessa passagem, a retenção e a recordação se apresentam como formas de acessar a vivência intencional, o dado reflexivo, portanto. Há um dado, então, que está no “fluxo da vida”, que podemos chamar de vivência do dado, como ele se apresenta à percepção sensorial. Nas palavras de Husserl

[...] podemos considerar como coexistente com o que é adequadamente percebido a cada instante, ou como tendo sido coexistente com o dado reflexivo da retenção e da recordação iterativa, e, certamente, como estando com ele contínua e unitariamente conectado. [...]. E as unidades de coexistência passam constantemente de ponto temporal para ponto temporal, elas constituem uma unidade de alteração, a do fluxo de consciência [...]. Cada ponto temporal desse tempo apresenta-se por meio de um alumbramento contínuo de “sensações de tempo”, por assim dizer; cada fase atual do fluxo da consciência, porquanto nela se apresenta todo um horizonte temporal de fluxo[...](HUSSERL, 2015, pp.305-306, grifo do autor).

Sobre a ideia husserliana de que a vivência intencional está no fluxo da consciência, Schutz (2012) ao tentar acessar a experiência significativa presente neste fluxo, parte de quatro princípios: 1º Para capturar a estrutura da experiência é necessário que haja reflexão sobre ela, pois somente apreendemos o movimento que já completou seu curso; 2º A experiência no fluxo da consciência é um contínuo vir a ser, pois há embutida a ideia de que a consciência tem liberdade frente a redução do homem a leis previsíveis e manipuláveis; 3º Viver no fluxo da consciência é viver em um



continuum, numa multiplicidade de acontecimentos; 4º A rememoração e a retenção são fundamentais para conservar algo da experiência que se passou.(SCHUTZ, 2012).

Com isso, tomamos como primeiro princípio metodológico em Husserl a ideia de que são as experiências do ser humano consciente que age e vive em um mundo, que ele percebe e interpreta, que faz sentido para ele, ou seja, o ser humano é consciente das coisas na medida em que entende que elas existem fora dele e continuarão a existir. E mais, pode acessá-las por meio da memória, de modo tipificado, ao realizar síntese de diferentes perspectivas da realidade (SCHUTZ, 2012). Esse princípio é revelador de que existe um plano físico e um plano da consciência, na passagem de um para o outro há um elemento importante que faz a mediação entre esses dois planos que é a representação. No processo de representação a consciência apreende o mundo de forma subjetiva e é exatamente a subjetividade da experiência que nos interessa, praticando aqui a psicologia fenomenológica, que aponta, entre outros aspectos, para a diferença entre experiência física e experiência fenomenológica.

Temos então que as formas de consciência são vinculadas ao conteúdo da experiência subjetiva, que lida com a coisa percebida e aí temos o método de redução fenomenológica e a descrição do que é percebido, portanto, a redução eidética. Ao tentarmos apreender metodologicamente a prática educativa, como conteúdo da consciência de educadores, em diferentes espaços formativos, observamos que, mesmo compartilhando do mesmo contexto as consciências apreendem de forma diferente; há sempre nas narrativas acréscimos de conteúdo que talvez possamos pensar, façam parte da representação nos moldes husserlianos, portanto trata-se da a experiência individual, com ênfase na subjetividade ou, nos termos schutzianos, a experiência individual como experiência derivativa dos outros eus (família, trabalho, religião) e da sociedade. Talvez possa-se pensar que Schutz, ao utilizar o método husserliano de acesso ao conteúdo da consciência como fundamento fenomenológico para buscar o significado subjetivo da ação humana, parte da ideia de intersubjetividade apenas anunciada por Husserl no que se refere à concepção de que as consciências compartilham o mesmo mundo e o apreendem sob diferentes perspectivas, o que abre possibilidades de desenvolver uma fenomenologia das relações sociais.

O segundo princípio, trata da relação entre o sujeito e coisa/objeto/fenômeno, provocada pelo pesquisador, que é sempre uma relação intencional, pois a consciência é sempre a consciência de alguma coisa, de algo externo ao sujeito que é apreendido pela consciência. A consciência movimenta-se em direção as coisas o que impõe, a nosso ver, a seguinte questão: no movimento de apreensão do objeto, ele pode subsumir pela contaminação dos pré-conceitos projetados pelos



sujeitos e perder a sua autonomia? Husserl responde, segundo Schutz (2012), que não, pois o objeto tem que ter autonomia própria para se tornar objeto da consciência. É impossível dissolver o objeto na consciência, a consciência não é um receptáculo, consciência e mundo surgem simultaneamente. É uma consciência que se movimenta e apreende fragmentos do mundo. Nesse movimento a consciência posiciona as coisas, é, portanto, consciência posicional. Esse princípio é fundamental para a apreensão dos sentidos de prática educativa, pois a intencionalidade da consciência é que revela o sentido do mundo para determinada consciência. Com base nesse princípio, buscamos por meio da entrevista, em um bloco que denominamos de bloco relacional, apreender o sentido atribuídos por educadores, a elementos, humanos e materiais. Na análise dos dados utilizamos a Análise de Conteúdo *a posteriori*, por entendermos que o sentido é do outro e numa perspectiva fenomenológica-interpretativa, o campo empírico é um campo de problematização e não de verificação. Os resultados apontam para perspectivas diferentes e semelhantes, observamos ali a presença da intersubjetividade subjetiva, na medida em que é atravessada pela representação, nos termos husserliano, e pela biografia de cada um, nos termos schutziano. Há então, na relação de pesquisa um mundo compartilhado tanto pelo pesquisado como pelo pesquisador, não há até aí uma relação hierárquica. A tarefa do pesquisador consiste, justamente no exercício do “olhar em lupa”. Olhar imbuído de teoria e método, para que possa numa atitude de alteridade ver pelo olhar do outro, por isso a importância, durante o processo de análise ater-se ao conteúdo manifesto, expresso no item Indicador, da matriz conceitual, da análise de conteúdo.

Essa passagem nos leva a pensar na postura do pesquisador, na relação com os informantes. Ele se pergunta: Como se constitui o conhecimento? Em resposta parte-se da hipótese de que existe a realidade espaço temporal, descontínua; existe o sujeito, a consciência que se movimenta, aproxima-se dessa realidade, porque sabe que as coisas existem fora dela e, desse encontro entre a consciência e a coisa, nasce o fenômeno. Cada fenômeno então, é um sistema de significados e, portanto, posso ler cientificamente a prática educativa como sistema de significação. Desse modo, para investigar a consciência na sua capacidade de produzir sentido, é necessário: 1º: Fazer com que o informante olhe para o objeto/fenômeno de forma reflexiva que consiste em pensar sobre a sua experiência, em voltar-se para os atos subjetivos dela e o que aparece é o objeto intencionado, a ideia que possui dele; 2º Passo: Revelar a intencionalidade da consciência na relação direta com o objeto intencionado o que somente é possível com a redução fenomenológica, que consiste em refrear o juízo que temos sobre a coisa e colocá-la fora do fluxo da vida e, nesse movimento, a coisa



passa para o para o fluxo da experiência, para a consciência de algo, cujo espaço e tempo não correspondem ao espaço tempo da realidade.

Sobre a ideia de intersubjetividade Schutz vai buscar em Weber, mais especificamente na Teoria da ação social, as bases para pensar o sentido social, o sentido que está por trás da ação e a orienta, daí a ideia de outros eus (família, trabalho, religião) derivativos da relação social. A possibilidade de compreender a ação social de forma interpretada, como uma ação dotada de sentido implica uma situação em que a pessoa que age atribui significado a sua ação e dá a ela uma determinada direção o que a torna uma “ação racional”. Nesses termos, o sujeito conhece todos os fatores que envolvem a ação e a torna social por ser dirigida à conduta do outro e por toma-la como referência.

[...]Weber definiu uma relação social como a conduta de diversas pessoas que, dado certo contexto de significados, dirigem-se e orientam-se em relação umas às outras, ela depende “complexa e exclusivamente” de que a ação social ocorra de modo significativamente previsível (WAGNER apud SCHUTZ, 2012, p.20).

Sobre a relação entre a interpretação social da conduta e a orientação individual, ou seja, sobre a relação entre o grupo externo e o grupo interno respectivamente, Schutz (2012) nos diz que o indivíduo age conforme o costume interno que é aceito como natural porque já foi testado pelos outros e, até por ele mesmo, dispensa explicação donde se conclui que se pode planejar em termos de tipificação

[...] o mundo social no qual o homem nasce e no qual ele precisa encontrar seu caminho é experienciado por ele como uma estreita rede de relações sociais, de sistemas de signos e símbolos, com sua estrutura particular de significados, de formas institucionalizadas de organização social, de sistemas de status e prestígio etc. O significado de todos esses elementos do mundo social em toda sua diversidade e estratificações, assim como o padrão de sua própria tessitura, é sempre assumido como algo natural (SCHUTZ, 2010, p.92).

Schutz (2012) critica a noção de ação racional pois compreende que a consciência não conhece todos os fatores envolvidos na ação, real e potencial e que o sujeito age com base nas probabilidades. Assim, traz a noção de ação razoável pois entende que há falhas no conhecimento prático, na execução da ação; as relevâncias se modificam, durante a execução da ação. O sujeito pode planejar em termos de tipificação, conforme a tradição “ já deu certo uma vez, podemos repetir”, contudo, em função da relevância, o resultado pode ser diferente. Contudo, pensar de forma habitual como algo contínuo requer alguns pressupostos:



(1) que a vida, e em especial a vida social, continue a ser o que era antes, ou seja, que os mesmos problemas que requerem as mesmas soluções continuarão a ocorrer e, portanto, que nossas experiências anteriores continuarão a velar para lidar com situações futuras; (2) enquanto pudermos confiar no conhecimento que nos foi transmitido por nossos pais, professores, governantes, tradições, hábitos etc., mesmo que não entendamos sua origem e seu real significado; (3) que no percurso dos afazeres da vida ordinária seja suficiente saber apenas um pouco a respeito do tipo geral ou do estilo dos acontecimentos que podemos encontrar em nosso mundo da vida, de modo que possamos administrá-los ou controlá-los; (4) que nem os sistemas de receitas enquanto esquemas de interpretação e expressão, nem os pressupostos básicos que acabamos de mencionar sejam apenas parte da nossa esfera pessoal, mas que sejam aceitos e aplicados por todos os nossos contemporâneos (SCHUTZ, 2012, p. 94).

Posso pensar na relação entre o pesquisador e os membros que fazem parte de uma determinada prática educativa. O grupo externo, do qual faz parte o pesquisador deve atentar para como os integrantes do grupo interno se veem no grupo, quais pressupostos guiam a sua conduta, a sua ação. Como leva-lo a ser um “expectador de fora” para pensar a sua ação para que possa, na condição de pesquisador, observar os padrões de comportamento predominante no grupo. O grupo interno faz uma autointerpretação e o pesquisador, integrante do grupo externo, a interpreta e, nesse esforço interpretativo, pode reforçar estereótipos, pré-conceitos. O pesquisador tem que ter cuidado ao estranhar o eu do outro que para ele é natural; ao interpretar esse eu, o investigador tem que ser o mais fiel possível, ao sentido do outro. Nesse momento é que se coloca o problema do outro para o pesquisador, pois trata-se de investigar, muitas vezes, fragmentos de um mundo o qual ele participa, direta ou indiretamente.

Vivendo no mundo social, vivemos com e para outros indivíduos pelos quais orientamos nossa atividade diária. Ao vivenciá-los como “os outros”, como consorciados ou contemporâneos, predecessores ou sucessores, ao nos vincularmos a eles em comum operar e efetivar, ao instiga-los e sermos por eles instigados a tomadas de posição, compreendemos o comportamento desses outros indivíduos e pressupomos que compreendem o nosso. Nesses atos de interpretação e de posição de sentido se constrói para nós, em distintos graus de anonimatos, em maior ou menor proximidade vivencial, em variadas perspectivas de apreensão que se cruzam, a estrutura de sentido do mundo social, o qual é tanto nosso (a rigor, antes de tudo: meu mundo) como também o dos outros indivíduos (SHUTZ, 2018, p. 28)

Temos então que o mundo vivenciado pelo pesquisador é objeto de interpretação em outro contexto de sentido, o contexto científico. Perseguir o rigor metodológico na apreensão do sentido do outro sobre a prática educativa que vivencia é tarefa basilar do investigador.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na fenomenologia da vida cotidiana, as pessoas se situam na vida com suas angústias e preocupações, em intersubjetividade com seus semelhantes e isso constitui a existência social e, dessa forma, o espaço e o tempo são a vida presente e a relação face a face. Existe um mundo, as pessoas têm uma atitude natural diante desse mundo, aceitando-o sem questionar as coisas e os acontecimentos, a consciência funciona como estrutura significativas que atribuem sentido à existência.

O que vamos tentar capturar, na condição de pesquisador, é a experiência que está no fluxo da consciência/fluxo da duração interna, em constante transição do aqui e agora para um novo aqui e agora. Para capturar a estrutura da experiência do pesquisado, é necessário que o pesquisado reflita sobre ela e o que apreendemos é o movimento que já completou seu curso, pois a experiência no fluxo da consciência é um contínuo vir a ser; a ideia de que a consciência tem liberdade frente a redução do homem a leis previsíveis e manipuláveis e é nesse movimento que a intuição, apreensão imediata da realidade, é sentida e compreendida de modo direto, sem mediações. Essa coincidência imediata do real é o que está no fluxo de duração interna, é a *durée*. Ao refletir sobre a experiência que está “desorganizada” no fluxo da duração interna, o pesquisado usa o entendimento para representar, quantificar, o recorte da realidade. As experiências existem como processos em curso ou já realizados, o que capturaremos, na condição de pesquisador é o sentido da experiência realizada. (SCHUTZ, 2012). Viver no fluxo da duração interna é viver em um continuum, numa multiplicidade de acontecimentos, como diz Husserl: vive-se nos atos- cuja intencionalidade transporta de um aqui e agora para o próximo (SCHUTZ,2012). O pesquisador deve levar o pesquisado ao Ato de atenção reflexiva em que vai perceber, via lembrança, qual foi à modificação retentora (modificação que guarda, conserva algo da experiência que se passou). (SCHUTZ, 2012)

Sobre as contribuições da Fenomenologia Sociológica para pesquisas sobre prática educativa rascunhamos as seguintes possibilidades: a) apreensão da prática educativa como objeto da consciência, o que significa apreendê-la na sua dimensão subjetiva; b) reflexão sobre o papel do pesquisador e do pesquisado na relação de pesquisa, tomando o campo empírico como campo de problematização; c) refinamento de instrumentos de produção e análise de dados; d) potencialização da pesquisa como processo. Trata-se de buscar o sentido da experiência, de investigar a consciência do outro, tomando como referência o sentido que o sujeito atribui a sua experiência.



REFERÊNCIAS

AMADO, João da Silva. **Manual de investigação qualitativa em educação**. 2.ed. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017.

GILES, Th. R. **História do Existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo: Edusp, 1975.

HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas**: volume II, parte I: Investigações para a fenomenologia e a Teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia**. Trad. de António J. Massano e Manuel J. Palmeirim. Lisboa: Edições Dom Quixote, 1982.

REALE, Giovanni. **História da filosofia**: Do Renascimento até nossos dias. São Paulo: Paulus, 1991.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SCHUTZ, Alfred. **A Construção significativa do mundo social**: uma introdução a sociologia compreensiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

SOBRE OS AUTORES

Nilma Margarida de Castro Crusóe

Doutora em educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, na mesma universidade. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Práticas Curriculares e Educativas.

E-mail: nilcrusoe@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0610-8237>

Edmilson Menezes Santos

Doutor em Filosofia pela UNICAMP, Doutor em Filosofia pela UNICAMP; Professor da Universidade Federal de Sergipe – UFS, Brasil; Programa de Pós-Graduação em Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (desde 2008).

E-mail: ed.menezes@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7173-6208>

Recebido em: 10/02/2020

Aprovado em: 12/03/2020

Publicado em: 23/03/2020

